

INSTITUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM JUNDIAÍ (1880-1984)

Elizabeth da Silva Galastri Vinagre*

RESUMO

Este artigo pontua fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância no município de Jundiaí (SP), desde os anos de 1880, quando surge a primeira escola étnica na cidade. Perpassa a década de 1910, momento em que é criada a “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), e chega à criação da Creche Argos em 1945, ambas tendo origem a partir de iniciativas particulares. Aborda também a criação dos parques infantis, considerados como a primeira iniciativa pública de atendimento à criança pequena na cidade, chegando ao ano de 1984, em que os parques são extintos. Busca demonstrar os processos de evolução pelos quais passaram estas instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas.

Palavras-chave: educação da infância, orfanato; parque infantil

INSTITUTIONS FOR THE EDUCATION OF THE CHILDREN IN JUNDIAI (1880-1984)

ABSTRACT

This article points out some important facts of the city historical context, with the objective of describing some ways through children's educational history in Jundiaí, starting in 1880, when the first ethnic school has arisen. Passing through the decade of 1910, when “Sociedade Humanitária Protetora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), has been founded, and in 1945 when Creche Argos was also founded, both from free enterprise. It also discusses the creation of playgrounds, considered as the first public enterprise to attend children in the city, finished in 1984

* Mestre em Educação pela USF. Docente na rede municipal de ensino de Jundiaí. e-mail: bethgalastri@hotmail.com

when the playgrounds were extinguished. This text also reports the important historical facts aiming children's education, showing the educational process by the economics, social and political influences.

Keywords: education for children, orphan, day care centers.

Este presente texto é resultado de pesquisa no Mestrado em Educação na área de História, historiografia e idéias educacionais. Este trabalho identificou e analisou documentos referentes à criação e ao atendimento educacional de instituições relacionadas à educação da criança pequena no município de Jundiaí ao longo de sua história. Pontuou também fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas.

Foram consideradas como fontes mais importantes para esta pesquisa a análise da imprensa local, a iconografia e os depoimentos orais, além de atas, relatórios e diversos documentos disponibilizados pelas instituições pesquisadas. Foram localizadas algumas personagens dessa história, que se propuseram a contribuir para esta pesquisa por meio de depoimentos orais. Parte das fontes foi encontrada na Biblioteca Pública Prof. Nelson Foot, no Museu Histórico de Jundiaí, na EMEI Professor Luiz Bárbaro, no Lar Anália Franco, na Associação Beneficente Argos. Os procedimentos metodológicos foram utilizados de forma isolada ou combinada, de maneira a permitir o levantamento de dados e algumas reflexões sobre a história da educação infantil em Jundiaí.

Considerando que o Asilo Creche Anália Franco atendia meninas órfãs até atingirem a maioridade e que tanto a Creche Argos como os Parques Infantis estenderam o atendimento às crianças pequenas até a faixa dos 10 ou 12 anos, principalmente pelo fato delas serem atendidas muitas vezes sem separação em grupos etários ou em diferentes abordagens, este trabalho se dedicará à história da criança de 0 a 6 anos em Jundiaí, mas também tratará dos aspectos e das atividades que envolviam o atendimento educacional dado às crianças maiores.

INICIATIVAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM JUNDIAÍ

Durante um grande período da história de Jundiaí (de sua fundação até os últimos anos da década de 1940), o atendimento educacional às crianças pequenas era proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares, ou de iniciativas empresariais. Cada uma delas adotava princípios e valores norteadores diferentes, garantindo o essencial para a sobrevivência da criança e buscando formar o cidadão que lhe parecia ideal, mas todas estavam preocupadas com a evolução e a modernização da cidade.

Uma instituição educativa é responsável pela ação direta sobre a formação da comunidade à qual ela se destina e caracteriza-se pelo conjunto de valores e práticas que adota para tal, o que não pode ser considerado de forma isolada do processo de constituição da cidade e de sua sociedade. De acordo com Pavan e Passos (2006, p. 150), “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente”. Para elas:

A compreensão da existência histórica de uma instituição educativa passa, segundo Magalhães (2004), não só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região e ao sistematizar e reescrever seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, segundo ele, um sentido histórico (PAVAN; PASSOS, 2006, p. 150).

Sendo assim, o passado das instituições educativas não pertence apenas à instituição, a seus líderes, mas à sociedade em que se encontra, aos alunos que forma ou já formou, aos mestres que dedicam ou já dedicaram seus esforços de ensinar, aos funcionários e gestores que contribuíram para sua organização e manutenção durante todo o processo de constituição da história da cidade.

Para que seja possível contextualizar a situação em que foram criadas as instituições de educação e assistência à infância destacadas para este trabalho, faz-se necessário explicitar em poucas linhas o perfil de Jundiaí, assim como destacar alguns aspectos históricos e transformações sociais que levaram ao surgimento das suas instituições educacionais.

Segundo estudos sobre a história da cidade², a região na qual Jundiaí está inserida surgiu da expansão bandeirante em busca de riquezas no interior do país. Por volta de 1615, Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes abandonaram a Vila de São Paulo e refugiaram-se no vale do Rio Jundiahy, fundando a “Freguesia de Nossa Senhora do Desterro”, designação dada aos povoados que possuíam capela religiosa. Em 1655, com a fundação da Capela de Nossa Senhora do Desterro (protetora dos “refugiados” ou daqueles que “não estão mais em sua terra de origem”), a Freguesia de Jundiahy foi elevada a Vila, passando a ter autonomia administrativa.

O território era vasto, abrangia desde o que hoje chamamos de Mogi Mirim até Campinas. Essa região era conhecida como “Porta do Sertão”, pois servia para o descanso e abastecimento daqueles que partiam para o interior em busca de riquezas. Quando foi descoberto o ouro nas Minas Gerais, o recurso gerado foi utilizado pelo povo de Jundiahy para a organização de fazendas produtoras de cana-de-açúcar e de café e para os engenhos.

Em 14 de dezembro de 1865, devido ao crescimento ocasionado pela “marcha do café”, a riqueza trouxe a indústria e a ferrovia, e D. Pedro II elevou-a à categoria de cidade. Nas décadas seguintes, a cidade tornou-se uma estratégica área de entroncamento ferroviário, com a inauguração da Ferrovia Santos-Jundiaí em 1867, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em 1872), da Companhia Ituana (em 1873), da Cia. Itatibense (em 1890) e da Companhia Bragantina (em 1891).

Nesta época, em que se observava a crise do escravismo pela alta do preço dos escravos africanos, os grandes produtores rurais passaram a buscar novos trabalhadores, e teve início o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal, o que possibilitou a vinda de ingleses, espanhóis e italianos, para substituir a mão-de-obra escrava.

A cidade precisava se preparar para este processo de modernização, assim como aqueles que chegavam de outros países precisavam criar meios para se adaptar a ela. Iniciam-se muitas mudanças na cidade, assim como acontecia em muitas cidades do

² Para mais informações sobre a História de Jundiaí, consultar: JUNDIAÍ (município). *Lugares*. Jundiaí: 1999, série Memórias, vol. 2.; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiaí. s.e, 1952; Jornal de Jundiaí - Jundiaí 350 anos, Revista comemorativa, 2005.

país. E a forma de educar seria uma delas. Nas últimas décadas do século XIX, Jundiaí destacou-se como importante centro produtor de café do estado de São Paulo, e no final da década de 1880 a cidade recebeu uma grande massa de imigrantes italianos, que trouxe consigo suas tradições e costumes.

A vida dos imigrantes italianos que se fixava aos Núcleos Coloniais era difícil. A maioria deles veio da Itália com passagens subsidiadas pelo governo brasileiro e trazia, além da roupa do corpo, os seus poucos bens. Apesar de todas as dificuldades e com falta de dinheiro, os imigrantes conseguiram, à custa do trabalho em família, realizar benfeitorias nas terras próprias por meio das atividades agrícolas, como o cultivo de uva e cereais.

Kreutz (2000) explicita que o imigrante italiano já estava acostumado às escolas, já que o sistema educacional público já estava bem desenvolvido na Europa, e que aproximadamente 89% dos que chegavam ao país pelo Porto de Santos já eram alfabetizados. Em um país como o Brasil, em que a maioria esmagadora dos habitantes era de analfabetos, e onde não havia escolas públicas suficientes para atender à população, os imigrantes (de várias etnias) criaram escolas comunitárias étnicas e “empreenderam uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural, com características dos países de origem” (KREUTZ, 2000, p. 354).

Em 24 de setembro de 1887 chegaram ao Núcleo "Barão de Jundiaí" 22 colonos italianos, e em novembro do mesmo ano esse número já subia para 99 habitantes. Preocupados com a transmissão dos costumes e da tradição em que suas famílias haviam sido criadas em seu país de origem, a educação familiar que em sua maioria era dedicada dos avós para os netos, passa a contar com uma grande aliada: uma escola étnica em Jundiaí. Encontram-se esparsos vestígios sobre a existência de uma escola para imigrantes nesse Núcleo Colonial. Como podemos observar na foto, havia nela crianças de idades variadas, inclusive crianças bem novas, o que poderia nos levar a considerá-la como uma instituição pioneira no atendimento da criança pequena em Jundiaí.



Figura 1: Alunos da escola do Núcleo Colonial (1890),
in: Revista comemorativa dos 351 anos de Jundiaí, 2006, p. 23-24.

Em outra publicação sobre as influências e a permanência de hábitos e costumes dos italianos entre os moradores atuais da cidade, é apresentado um comentário sobre o comportamento do imigrante quando recém-chegado ao Brasil. Enquanto os homens trabalhavam arduamente nas plantações de café, as mulheres e moças da fazenda seguiam com os burros cargueiros para a cidade para vender galinhas, ovos, frutas e hortaliças, e enfrentavam uma difícil adaptação, o que impedia o casamento entre italianos e brasileiros, no início desta adaptação. Com as crianças não foi diferente:

... as crianças não ficaram imunes à difícil adaptação dos italianos – elas iam para a escola somente até os dez anos e, em seguida, precisavam abandonar os livros para trabalhar no sítio com os pais. (...) esta rotina fez com que muitas crianças fossem educadas diretamente pelos avós a partir da tradição camponesa dos italianos. Seguindo o ciclo histórico, todos os costumes apreendidos pelos pequenos no começo do século foram passados para os filhos e netos que sucederam e que se espalharam por Jundiaí (Jundiaí 350 anos, *Jornal de Jundiaí*, 2005, p. 82).

Não foi possível encontrar um maior número de fontes sobre o sistema educacional no Núcleo Colonial que traduzissem seu currículo, suas práticas e suas particularidades. Considerando que a existência desta instituição seja importante para a história de Jundiaí, tornou-se conveniente demarcar a existência de alguma estrutura para a educação de crianças nesse período.

Alguns anos após a criação do Núcleo Colonial e da escola a ele pertencente, foi fundada em Jundiaí uma instituição para o atendimento de meninas órfãs ou abandonadas por um grupo ligado aos ideais de Anália Franco, pela qual também passaram, segundo os registros do arquivo histórico da instituição, filhas de imigrantes, operários e ferroviários da cidade. A educação, que antes era utilizada como um meio de transmissão da cultura e de tradições, feita pela família e pela escola étnica que também a representava, passa também a ser oferecida pela “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco de Jundiaí), fundada em 19 de maio de 1912.

Considerada como a primeira instituição assistencial de Jundiaí, criada por Anália Franco e um grupo motivado pelo seu trabalho assistencial em outras localidades do Estado de São Paulo, o Asilo Creche servia como internato para meninas órfãs ou desamparadas, no qual as preocupações iam muito além do simples acolhimento destas meninas, mas também em educá-las para prepará-las para o convívio em sociedade e para um futuro com melhores expectativas.

No decorrer dos anos muitos documentos da instituição foram perdidos, o que cria uma enorme lacuna no momento de tecer esta história. Em 1936, a Sociedade Humanitária Protetora da Infância Desvalida “Asilo Creche” de Jundiaí estabeleceu em seu estatuto, como fins institucionais:

...asilar no estabelecimento órfãos da idade de 3 a 10 anos, que provem com atestados, estado de miserabilidade e não sofre de moléstia contagiosa, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, educação moral, escola, assistência médica, etc., tudo gratuitamente; receber na creche como pensionistas filhas de operários que por seus afazeres não possam presidir a sua educação (Jundiaí 30 de agosto de 1936, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48).

Mesmo tendo sido estabelecido por estatuto que o Asilo deveria receber meninas até 10 anos de idade, muitas vezes eles recebiam também meninas maiores, cujo atendimento fosse necessário, como pode ser observado em um atestado de miserabilidade apresentado para a instituição no ato de pedido de vaga para uma menina que já havia completado quinze anos, assim como em algumas fotografias.



Figura 2: Crianças e professoras do Lar Anália Franco (1973); acervo do Lar Anália Franco.

Funcionava dentro da instituição uma sala de pré-escola e outra de ensino primário, sendo a professora subvencionada pelo Governo Estadual. Não foram localizadas nos relatórios e documentos as datas de criação destas salas de aula. Porém, encontra-se no acervo histórico do Lar Anália Franco um recorte de um jornal local (1935) que noticiava a continuidade da existência das salas de aula e que concluía referindo-se às internadas que já haviam completado o ensino primário dentro da própria instituição,

... a escola creada e mantida pelo governo estadual e que funciona em uma das salas desta casa, sob a direcção da professora Sra. Da. Maria José Maia, continua a ministrar a instrução com grande e salutar proveito. A instrução, nesta escola, só é fornecida até o 3º. anno sendo o 4º anno concluído no grupo escolar, tendo algumas já tendo feito o curso completo... (Jornal “A Comarca” – 31/12/1935).

A grupos compostos por uma parte de crianças pertencentes ao Lar e outra de crianças externas a ele, era oferecido ensino do nível pré-escolar até o terceiro ano, ficando o último a ser concluído no “Grupo Escolar Conde do Parnaíba”. No acervo histórico da entidade em Jundiaí, encontram-se várias fotos de alunas, em ambiente preparado, como forma de lembrança escolar, registrada no ano de conclusão do curso primário. Entre elas:



Figura 3: Lembrança Escolar de aluna não identificada,
do Grupo Escolar Conde do Parnaíba , 1960.

As alunas que frequentavam o quarto ano no Grupo Escolar Conde do Parnaíba, instituição que na época era freqüentada pelos filhos da elite e dos funcionários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, contavam com o auxílio da Caixa Escolar, uma espécie de caderneta que era dada aos alunos do grupo escolar para contribuições espontâneas para auxiliar os alunos menos favorecidos, verba que servia para a compra de materiais ou para despesas de excursão programada pela instituição. A ajuda era pequena, mas sem dúvida devia servir para facilitar a inclusão das asiladas dentro da programação do grupo escolar:

A caixa escolar do Grupo Conde do Parnaíba cooperou de maneira simpática com o fornecimento de algum material escolar às meninas, bem como com as despesas de viagem das mesmas em excursões ao Zoológico, ao Aeroporto e ao Museu em São Paulo (capital) e em Rio Claro e Piracicaba, ao Horto Florestal e Indústrias diversas (Relatório de Diretoria do Ano de 1969).

Segundo Pavan (2003), a integração não era absoluta entre as meninas órfãs do Lar e as alunas da elite econômica do Grupo Escolar Conde do Parnaíba. Em seu trabalho ela considera:

Mas algumas citações das professoras, durante as entrevistas, nos dão a idéia do oposto desta idéia de igualdade que fundamenta a formação do cidadão. Marly, por exemplo, comentou que “a maioria dos alunos do “Conde” era de famílias conhecidas na cidade e “bem de vida”. Havia também as crianças do “Anália Franco” (um internato e semi-internato que abrigava crianças órfãs e pobres), eram pobres, mas muito bem tratadas pelas

professoras do “Conde”. O número de crianças pobres era bem pequeno (PAVAN, 2003, p. 48).

As meninas que completavam o ensino primário com bom aproveitamento passavam a freqüentar o Ginásio no Colégio Industrial, para dar continuidade aos seus estudos. Algumas davam ainda seqüência formando-se nos cursos profissionalizantes ou no magistério na Escola Normal Livre. O destaque obtido pela asilada Edith Leite Amaral, que conseguiu ser admitida na Escola Normal, chegou a ser noticiado no jornal local: “... tendo-se salientado na aplicação aos estudos e obtido boas notas, conseguimos que a asilada Edith Leite Amaral, fosse matriculada na Escola Normal desta cidade a fim de continuar os estudos tão bem aproveitados” (Jornal *A Comarca* – 31/12/1935).

O asilo creche abrigava crianças internas e um grande número de crianças externas em suas classes de aula, já que a escolarização regular era um dos objetivos da época. Educou, como os relatórios atestam, crianças filhas de imigrantes e de operários, principalmente da Companhia Férrea.

Para Kishimoto (1988), embora houvesse semelhanças entre as instituições criadas por Anália Franco e os orfanatos, suas preocupações com a formação das asiladas faziam suas creches e asilos se aproximarem mais das instituições de educação infantil.

Além desta preocupação com a formação da mulher, a preocupação com a formação do operário também se tornou muito presente na educação de Jundiaí a partir dos anos 1940. Este fato tornou-se contundente com a inauguração da Creche Argos, em 1945, instituição que foi responsável não só pelo atendimento pioneiro na cidade no sistema de creche, mas que se responsabilizou pela educação e controle da vida das famílias de operários têxteis dentro do programa de urbanização e modernização do município.

Algumas instituições para proteção da criança já haviam sido criadas no Brasil antes da década de 1930. Segundo Vieira (1998), na década seguinte o governo passou a se preocupar com a criação de instituições e pessoal para execução de ações sociais nas áreas da educação, saúde, previdência e assistência. Foi com a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1943, que surgiram dispositivos legais para garantir a instalação de creches nos locais de trabalho, sob encargos das próprias

empresas, já que estas se tornaram necessárias para solucionar a crise causada pelo trabalho feminino em consequência do surto industrial ocorrido neste período. De acordo com o artigo 389 desta lei, todas as empresas que tinham mais de trinta funcionárias acima de dezesseis anos eram obrigadas a instalar uma creche com lugar apropriado para a amamentação, um berçário, uma cozinha dietética e instalações sanitárias, com funcionários responsáveis pelos cuidados destas crianças dentro da própria empresa.

A Argos Industrial S.A. foi uma das maiores [tecelagens](#) do [Brasil](#) e a primeira a fabricar brins³. Fundada em [1913](#), a empresa é um dos grandes marcos no desenvolvimento industrial do estado de [São Paulo](#) na primeira metade do [Século XX](#) e o símbolo do primeiro curso de industrialização e povoamento urbano da cidade de [Jundiaí](#). Maior empregadora de [Jundiaí](#) até a década de [1930](#), promoveu intenso movimento de urbanização no bairro da [Vila Arens](#), atraindo moradores em suas vilas operárias, [comércio](#) e outras [indústrias](#) do ramo.

A Creche Argos era responsável por abrigar filhos de funcionárias da fábrica durante o período de trabalho e por oferecer a elas educação e cuidados básicos. Com base nas fontes encontradas e no depoimento oral cedido pela ex-funcionária da fábrica e da creche, D. Zilda Lodoy, foi possível destacar o papel da empresa e da creche no cenário e no imaginário social.

A Creche era coordenada por freiras salvatorianas⁴, oferecia os cuidados necessários às crianças, atendendo bebês e crianças até aproximadamente dez anos. D. Zilda conta com orgulho que:

... a gente fazia de tudo aqui na creche, a gente cuidava de criança, era gostoso trabalhar aqui dentro, muita gente queria trabalhar aí, as crianças eram muito bem cuidadas, crianças que saíram daí e hoje são formadas médicos, engenheiros, advogados, professores; eles tinham uma educação excelente, era dada por irmãs e as irmãs levavam a sério.

³Argos Industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil. *Jornal da Cidade*. Jundiaí, 3 de agosto de 1995, p. 13.

⁴ Os salvatorianos chegaram a Jundiaí no ano de 1925, quando fundaram um Seminário Salvatoriano, que funcionava como internato para a formação de seminaristas. Este se transformou em colégio no ano de 1952, hoje conhecido como Colégio Divino Salvador (in: www.divinojundiai.com.br, acesso em: 27/01/2009).

Na creche, segundo o *Jornal da Cidade* (11/09/1991), as crianças recebiam pela manhã café com leite, instrução primária, moral, cívica e religiosa, assistência médica e odontológica e “ainda brincam sob a orientação das abnegadas freiras salvatorianas em salas adequadas”.

Havia também uma grande preocupação com a alimentação das crianças, e principalmente dos bebês, já que a taxa de mortalidade de bebês era muito elevada. Segundo depoimento da ex-funcionária:

...tinha gente que já trabalhava aqui, tinha cozinheira; a criança era muito bem tratada, a alimentação era de primeira qualidade; os bebezinhos também eram muito bem tratados, era suco, vitamina; quando começavam a comer, a gente cozinhava tudo separado a comida dos nenês, os legumes, passava no liquidificador e dava pros nenezinhos comerem, era a gente que dava.

D. Zilda se aposentou em 1976 e sobre este período ela contou que tudo já estava muito diferente, as freiras não estavam mais à frente da organização da creche, tudo era cuidado por funcionárias, e o número de crianças já era muito reduzido. Com a falência da Argos S.A, a creche teve suas funções encerradas no ano de 1984, e os documentos relativos ao seu funcionamento se perderam ao longo dos anos; o prédio foi penhorado e permaneceu abandonado, sofrendo a ação de vândalos e de ladrões.

OS PARQUES INFANTIS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM JUNDIAÍ

Ao longo desta pesquisa, foi compreendido que em uma cidade em que o poder público havia se preocupado somente com a criação de grupos escolares, assim como ocorrido em tantas outras, somente na década de 1940 foi fundado o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância.

Sendo já experiências bem-sucedidas em outras cidades do país, e até em outros países, os parques apresentavam um atendimento diferenciado das demais instituições de ensino, já que eram destinados a receber crianças entre três e doze anos (os maiores de sete em horário contrário à escola), evidenciando uma educação apoiada em três pilares: educar, recrear e assistir.

De acordo com Faria (2002), os parques infantis eram “uma instituição planejada para arrancar a cultura dos grupos privilegiados e transformá-la em fator de humanização da maioria” (p.122). Neste espaço produziam cultura e também conviviam com a diversidade da cultura nacional, obedecendo ao tríplice objetivo: educar, assistir e recrear.

Diferente das demais formas escolares já existentes naquele período, como as escolas e pré-escolas, os parques infantis agiam de maneira a garantir os direitos atribuídos à infância, tais como o direito a brincar, de não trabalhar, de livre expressão, conseguidos por meio da promoção do exercício lúdico, artístico e do imaginário, entre outras experiências como o jogo em espaço aberto, piscina, educação física e preocupações com os hábitos de higiene e saúde.

Essa instituição tinha como finalidade:

desenvolver física, social e intelectualmente as crianças através da prática de jogos, torneios, visitas a bibliotecas e confecção de jornais. Estes processos educativos possuíam estreita relação com a finalidade recreativa dos Parques Infantis, que era desenvolvida por meio da música, do teatro, do coral e de atividades manuais. As instrutoras dos Parques Infantis, além de organizar estas atividades, também deveriam saber tirar as necessárias lições de morais de contos, lendas e fábula (FILIZZOLA, 2002, p. 5).



Figura 4: “Um bolo para Mamãe” (1975). Fonte: arquivo da Escola-Parque Luiz Bárbaro.

Funcionando sob orientação e em conformidade com os parques infantis da Capital, o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, inaugurado no ano de 1946, foi a única instituição mantida pelo governo municipal durante 29 anos. Percebemos que junto com estes objetivos estava a expectativa de formar novos cidadãos para o alcance do progresso a partir da moralização e da civilidade.

Este sistema de ensino levaria quase trinta anos para se expandir e atender um número considerável de crianças, pois somente na década de 1970 é que outros parques também foram criados; entre eles, a Escola-Parque Luiz Bárbaro foi destacada para o estudo, como exemplo do funcionamento dos parques infantis neste período.

Percebeu-se, ao se delinear a história da Escola-Parque Luiz Bárbaro, inaugurada em 1971, que a preocupação com a pré-alfabetização era muito mais forte nesse período, sendo que salas de pré-escola foram anexadas aos parques infantis e escolas-parques. Nesse período, também observa-se, principalmente a partir das fotos, a ausência de crianças maiores de sete anos nesta instituição, que passava a servir como acesso para o ensino primário oferecido em outras instituições da cidade.

A partir de 1984, os parques infantis passaram a ter a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), tornando-se parte integrante do sistema pré-escolar de ensino da cidade. Todas essas escolas encontram-se ainda em funcionamento, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

CONCLUSÕES

Durante o levantamento das informações que permitiram a organização do breve histórico das instituições destacadas neste trabalho, foi possível perceber que a educação da criança pequena na cidade de Jundiaí passou por distintas fases, assim como a educação em todo o país.

Pode-se notar que não surgiram iniciativas governamentais para o atendimento educacional da criança pequena em Jundiaí durante um grande período de sua história (da fundação até os últimos anos da década de 1940), sendo o atendimento educacional de crianças pequenas proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares, ou de iniciativas empresariais. As instituições selecionadas para este trabalho tiveram como principais objetivos a formação da criança para viver em uma cidade que estava em plena expansão e urbanização.

Somente na década de 1940 foi fundado o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância. Funcionando sob orientação e em conformidade com os parques infantis da Capital e de Campinas, ficava esse Parque Infantil restrito a atender um número insuficiente de crianças pequenas, deixando as que morassem em bairros periféricos ou rurais desprovidas de atendimento educacional. Ainda assim, quase trinta anos se passaram sem que houvesse a inauguração de outros parques na cidade.

As quatro instituições destacadas neste trabalho – Escola do Núcleo Colonial, Anália Franco, Creche Argos e o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes (cujo modelo se multiplicou a partir dos anos 1970) – coexistiram nos mesmos períodos históricos, em regiões próximas da cidade, e mantiveram cada uma a seu jeito os mesmos ideais educacionais para preparar a criança para um futuro promissor, mantendo semelhantes preocupações morais, cívicas e educacionais, visando a formação do Homem (trabalhador, operário, cidadão), auxiliando e integrando os projetos maiores de construção da nacionalidade e do progresso no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, In: www.trt02.gov.br. Disponível em 22/09/2008.

FARIA, Ana Lucia Goulart. *Os Parques Infantis*. In: Educação pré-escolar e cultura. Campinas: ed.Unicamp/ ed Cortez, 2002, p. 121-152.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *A Institucionalização do lazer das crianças filhas de operário nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930*. In: V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Águas de Lindóia, 2002.

JORNAL DA CIDADE, *Argos industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil*. Jundiaí, 3 de agosto de 1995, p.13.

JORNAL A COMARCA. 31 de dezembro de 1935.

JORNAL DA CIDADE, *De todos os exemplos, a Creche é o maior*. Jundiaí, 10 de setembro de 1991.

JUNDIAÍ (município). SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Lugares*. Jundiaí: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 1999, série Memórias, vol.2.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KREUTZ, Lúcio. *A Educação dos Imigrantes no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.347 -370.

PAVAN, Diva Otero. *Duas histórias relacionadas: as professoras primárias paulistas e o sistema nacional de ensino (1930-1980)*. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese de doutorado

PAVAN, Diva Otero; PASSOS, Laurizete Ferragut. *Cidade e instituição escolar nas trajetórias e práticas educativas de professoras*. Cadernos de História da Educação – nº. 5 – jan./dez. 2006, p.149 – 160.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiaí. s.e, 1952.

RIBEIRO, Rebeca. *Os italianos continuam entre nós*. In: Jornal de Jundiaí - Jundiaí 350 anos, Revista comemorativa. Jundiaí, 14 de dezembro de 2005, p. 82-83.

1º CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, Jundiaí 30 de agosto de 1936, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48